

A Produção do Conhecimento Geográfico

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-79-6

DOI 10.22533/at.ed.796181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*A Produção Do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 22 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase nos movimentos sociais.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a migração, imigração, movimentos sociais. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP	
<i>Gustavo da Silva Diniz</i> <i>Auro Aparecido Mendes</i>	
CAPÍTULO 2	11
ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO	
<i>Rafael Sá Rego de Azevedo</i>	
CAPÍTULO 3	43
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?	
<i>Mariano de Matos Macedo</i> <i>Wilhelm Milward Meiners</i>	
CAPÍTULO 4	53
GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS	
<i>Antônio Hot Pereira de Faria</i> <i>Diego Filipe Cordeiro Alves</i> <i>Alexandre Magno Alves Diniz</i> <i>Tomás Hilário Cardoso Ferreira</i>	
CAPÍTULO 5	68
O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO	
<i>Nacelice Barbosa Freitas</i>	
CAPÍTULO 6	79
TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA	
<i>Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes</i> <i>Edna Ferreira Coelho Galvão</i>	
CAPÍTULO 7	89
A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO	
<i>Romerito Valeriano da Silva</i> <i>Daniela Martins Cunha</i>	
CAPÍTULO 8	101
MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	
<i>Jania Maria de Paula</i>	

CAPÍTULO 9	110
REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL	
<i>Alex Dias de Jesus</i>	
CAPÍTULO 10	120
TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG	
<i>Luís Henrique Silva Ferreira</i>	
<i>Andressa Virgínia de Faria</i>	
<i>André Francisco de Brito Leite</i>	
CAPÍTULO 11	136
A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL	
<i>Eduardo Fernandes Marcusso</i>	
CAPÍTULO 12	147
EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL	
<i>Everlane Suane de Araújo da Silva</i>	
<i>Neir Antunes Paes</i>	
CAPÍTULO 13	157
GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS	
<i>José Elías Pinheiro Neto</i>	
<i>Lara Ferraz Rocha Pacheco</i>	
CAPÍTULO 14	167
GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES	
<i>Sergio Flores de Campos</i>	
CAPÍTULO 15	179
MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA	
<i>Adriano Severo Figueiró</i>	
CAPÍTULO 16	195
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS	
<i>Vanda de Claudino-Sales</i>	
CAPÍTULO 17	206
UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO	
<i>Rita de Cássia Evangelista dos Santos</i>	

CAPÍTULO 18	216
PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014	
<i>Rafael Andrés Urrego Posada</i>	
<i>Maria Carolina Tomás</i>	
<i>Dimitri Fazito de Almeida Rezende</i>	
CAPÍTULO 19	230
ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA	
<i>Daniel de Albuquerque Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 20	240
NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA	
<i>José Sobreiro Filho</i>	
CAPÍTULO 21	251
O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA	
<i>Natália Carolina de Oliveira Vaz</i>	
<i>Sylvio Fausto Gil Filho</i>	
CAPÍTULO 22	262
O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA	
<i>Denis Rilk Malaquias</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	273

O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

Nacelice Barbosa Freitas

Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS)

Departamento de Ciências Humanas e Filosofia
(DCHF)

Feira de Santana-Bahia

RESUMO: Estudar o processo de formação territorial no estado da Bahia, tendo Feira de Santana como recorte escalar, visa desvelar circunlóquios e práticas que materializam os poderes sustentados por instituições políticas e econômicas sobre esta escala geográfica. O estudo enfoca o sertão/território como *locus* da implantação da territorialização do capital, espaço que é compreendido enquanto relação dialética em suas múltiplas dimensões escalares.

PALAVRAS-CHAVE: Sertão. Formação territorial. Valorização do espaço. Território.

ABSTRACT: Studying the process of territorial formation in the state of Bahia, having Feira de Santana as a delimited area for analysis, aims to unveil circumlocutions and practices that embody the powers sustained by political and economic institutions on this geographical scale. The study focuses on the backcountry/territory as the locus of the establishment of territorializing the capital, while space is

understood as a dialectical relationship in its multiple scalar dimensions.

KEYWORDS: Backcountry. Territorial formation. Evaluation of space. Territory.

1 | INTRODUÇÃO

A diferença litoral *versus* sertão explicada sob o viés marxista se inscreve na divisão social e territorial do trabalho, onde o social e o político estão submetidos ao crivo do capital em suas múltiplas determinações. Se o real é contraditório no seu fazer e (re)fazer-se, a geografia do sertão é concretude desse movimento.

O ponto de partida é Feira de Santana, escala de análise, lugar que serviu de alicerce para a busca do conhecimento sobre a formação territorial do sertão. A construção/criação deste espaço institui um desafio para se pensar a importância econômica e política do município que é Princesa do Sertão ao mesmo tempo em que é Portal do Sertão.

O método dialético tem a contradição como lei precípua, entendendo-se que a totalidade em que a realidade se inscreve, traz em si, forças contraditórias que se interpenetram: estes são os princípios que guiaram o processo de investigação. A contradição expõe o choque entre contrários, indicando uma unidade do

real, início e fim ao mesmo tempo, negação-afirmação, movimento que se dá em três tempos: tese-antítese-síntese, semelhante ao mover em espiral, então o sertão-litoral, é o par dialético que define o movimento determinante da formação territorial do espaço investigado. A opção pelo materialismo dialético como método decorre da especificidade do objeto pesquisado, pois é ao mesmo tempo, pergunta e resposta sobre a realidade a ser analisada. Assim, estuda-se a totalidade, considerando o movimento como um atributo da matéria, como uma propriedade básica.

O processo de investigação tornou possível perceber as profundas transformações no espaço urbano de Feira de Santana, e nessa perspectiva, cada contexto histórico, contribuindo para firmar a cidade como Princesa do Sertão. A investigação conduziu a análise territorial tratada como relação sertanejo-litorânea que é a formação da nação brasileira.

Feira de Santana se inclui nesse lugar considerado por muitos estudiosos como espaço de localização imprecisa, indefinida, de fronteiras fragilizadas. Território da acumulação primitiva e reserva de valor esta condição conduz a ser chão transformado em território, onde a ideia de vazio foi ao longo do espaço-tempo, conteúdo essencial para o processo de valorização do capital. Feira de Santana: sertão, lugar sertanejo que assume diferentes significados para constituir-se vereda do capital. Este é o espaço da pesquisa.

2 | FEIRA DE SANTANA: A PRINCESA DO SERTÃO

A leitura sobre relação espacial do sertão-litoral foi utilizada para compreensão do termo no contexto atual, observando-se que é tão somente uma atualização sobre a definição de diferenciação. Novos conteúdos políticos e econômicos são inscritos no espaço, objetivando o aprofundamento do processo;

O marco dessa investigação foi definido com o intuito de explicar as especificidades escalares, a partir do movimento da totalidade socioespacial, sob a ótica da divisão regional e territorial do trabalho no capitalismo.

Partindo-se do pressuposto que sertão é terra chã, chão carregado de estigma proveniente da leitura de uma sociedade que vive a aparência, percebeu-se que sua essência é perdida, conquanto a relação Sociedade-Natureza, fundamento da ciência geográfica, não é apropriada como base metodológica para análise da totalidade.

A análise sobre a geografia sertaneja possibilitou afirmar que o sertão é o espaço traspassado pela ignomínia, é estranho à realidade sertaneja construída pelo colonizador. Sertão que é confundido com aspereza, ser rude, duro, seco, oposição, distante da maciez, umidade e doçura do litoral, traz para Feira de Santana a possibilidade de negação porque a concretização da realidade, trazendo as benesses litorâneas que aqui chegavam e saíram com o gado, se fixaram com a feira, o comércio e a indústria, e a torna região que vai se situar no Agreste. É o descoroamento da princesa que reage para consolidar a reprodução ampliada do capital: de chão passa a

território, rompendo com a ideia de “vazio” porque é *locus* do processo de valorização do espaço, produção do espaço sobre os pilares do modo de produção capitalista.

Ah o sertão! Todo interior é sertão. Sim. Não estando no litoral, é sertão. Espaços recônditos produzido em moldes primitivos, para ser desmantelado em ultramar, desenhado em fronteiras descritas externamente, cumprindo a agenda colonizadora, é consolidado como *locus* da reprodução ampliada do capital. Então, desde a origem sua reprodução é mundial, porém se distribui especificando os lugares: global-local, fragmentando-se se separa em meio à totalidade, e organiza um jogo em que as forças contrárias se unem forjando uma homogeneização, mas a realidade é reveladora das diferenciações geográficas nas diversas escalas.

Chesnais (1996, p. 32) discutindo a mundialização do capital, reflete sobre esse tema, e expõe sobre como a reprodução do capital produz desigualdade porque “deve ser pensada como uma fase específica do processo de internacionalização do capital e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas”. O intercâmbio comercial traz como tendência a marginalização de países, dos espaços, em função da hegemonia de outros. Tomou-se essa discussão como mais uma comprovação da função do capital na produção do espaço, isto é, perpetuar e garantir a desigualdade combinada, inerente e necessária a sua sobrevivência.

Feira de Santana, nesse sentido, impõe superioridade de rainha quando se observa a sua posição na Região Metropolitana de Feira de Santana e Território de Identidade Portal do Sertão, porque na trama capitalista, situa-se como espaço de concentração e centralização do capital ao nível regional, no sertão, é Princesa do Sertão que se constitui Portal do Sertão. O epíteto “Princesa do sertão” outorgado a Feira de Santana por Ruy Barbosa, quando em campanha presidencial em 1919, reflete apenas uma forma de agradar os munícipes, durante as suas excursões pela Bahia, e foi usado na pesquisa como uma forma de identificar o processo de hierarquização espacial.

Observou-se que o espaço sertanejo é visto como lugar do esquecimento, distanciamento, contrário ao existir humano porque cheios de homens bárbaros, bravios, gentios no passado, e no presente pelos rudes filhos da semiaridez. Espaço insígnia de pobreza, miséria e fome, de homens sem fé católica, então considerado sem civilização. Esses homens habitantes das fronteiras interioranas produziram o espaço que não suporta outro existir, porém são derrotados em seus intentos, porque na implantação do projeto mercantil a mercadoria prevalece a qualquer sentimento de pertencimento ou relação identitária. Porém, foi possível assinalar que estando localizada nesse sertão, Feira de Santana, indica que, enquanto tal, integra a totalidade sertanejo-litorânea, manifestando caracterização da *secura* e umidade, quando é cidade representativa da contradição riqueza *versus* pobreza.

O estudo do espaço feirense sob o viés da diferenciação permitiu abalizar que diferenças, desigualdades, diversidade, aparecem como adorno da sociedade que

está para ser gestada no século XVIII e se apresenta como novidade no conjunto que compõe o aparato da modernidade. O feirense surgiu e lançou o seu germinar no solo sertanejo, condição *a priori* do ser sertão, processo que situa-se no cerne da colonização. Sendo assim, pode-se afirmar que o colonizador ao arrumar as bagagens da viagem, geopoliticamente descrita e planejada, para imprimir a dualidade sertão-litoral, defrontou-se com uma totalidade que preexiste, enquanto valor de uso, e que no propósito mercantilizador do espaço, foi transmutada em valor de troca nas terras d' além Paraguaçu. O território do “achamento” de Pedro Álvares Cabral, manifesta-se como terra de acolhida ao colonizador, este que chegou para administrar o território do outro, exigir reconhecimento do estrangeiro – o dono do território usurpado mediante sangrentas guerras.

3 | FEIRA DE SANTANA: FORMAÇÃO TERRITORIAL

A formação territorial de Feira de Santana está na gênese das terras d' além Paraguaçu, no sertão que corresponde ao espaço que dista das margens do rio, responsável pela origem desta cidade no território da capitania da Bahia, com povoamento iniciado no século XVII e intensificado no século XVIII. Terras do sertão que surgem como resultado da expansão territorial, alicerce principal da colonização e extensão do Estado português. Cada empreendimento mercantil se revertia em posse da terra, mediada pelas Entradas e Bandeiras, conflitos, guerras, defesa e valorização do espaço.

Antonio Guedes de Brito, proprietário da Casa da Ponte e Francisco Dias d'Ávila da Casa da Torre, bandeirantes e criadores de gado da Bahia, assumem já no início do século XVI extensas sesmarias, tomando espaços desde o rio São Francisco, atingindo Morro do Chapéu até o Piauí, submetendo o sertão da Bahia aos seus comandos. A sesmaria de Tocós dá origem ao povoamento de Feira de Santana. Sua gênese está na propriedade de Antônio Guedes de Brito, isto é, da Casa da Ponte, desde 1609, e parte dela correspondia a porção de terras de Itapororocas, Jacuípe e Água Fria as quais foram adquiridas mediante a compra por João Lobo de Mesquita e depois por João Peixoto Viegas.

Delimitar essa sesmaria se constitui um problema geográfico de significativa complexidade e difícil de ser solucionado, pois há diversos entraves às respostas objetivas e convincentes, pelos limites técnicos e cartográficos da época. A importância em relatar sobre a mesma vincula-se ao fato que durante muito tempo a fundação da cidade de Feira de Santana esteve estreitamente associada ao casal Domingos Barbosa de Araujo e Ana Brandão.

Poppino (1968), Galvão (1982), Andrade (1990), Freitas (1997) e Freire (2011), trazem informações significativas, mas não há consenso quanto à origem dos termos de Feira de Santana. Identifica-se, portanto, uma vasta contribuição na perspectiva

histórica, mas sob o ponto de vista geográfico há uma lacuna considerável.

Segundo Freire (2011) não há como precisar os limites e a localização exata do sertão de Tocós, afirmando que em 1655, compreendia ao espaço entre o rio Jacuípe e Itapicuru, podendo abranger as terras de Itapororocas. Confronta informações de diversos historiadores, expondo as diferentes propostas. Certo de que o sertão de Tocós situava-se nas possessões de Antônio Guedes de Brito, apresenta os pontos de conflito no que se refere à questão.

Em 1926, Antônio José de Araújo tratando das origens das famílias do município de Serrinha, distingue esse município como parte dessa sesmaria, mas nela não registra a localização de Feira de Santana. Afirma que Poppino (1968) corrobora com aqueles que indicam Feira de Santana como parte de Tocós. Andrade (1990) confirma estar a referida sesmaria em terras originariamente pertencentes aos Guedes de Brito, e posteriormente vendida a João Lobo de Mesquita, que transferiu para João Peixoto Viegas, o qual legaliza o título de compra.

Diante de muitas controvérsias sobre a questão, Galvão (1982) busca dar uma explicação baseando-se em documentos históricos. Assegura que data de 1615 as primeiras informações sobre a apropriação do espaço pelo colonizador das áreas que correspondem as atuais imediações de Feira de Santana. Para trazer essa resposta faz menção a uma Carta de Concessão em favor de Miguel Ferreira Feio, e em 1619 de João Peixoto Viegas. Informa, ainda que, João Lobo de Mesquita, possuindo fazendas no Recôncavo abre estrada para o rio Jacuípe.

Todas as explicações são concordantes quanto à importância da pecuária, especialmente da feira de gado, para a origem da cidade, evidenciando o local de pouso obrigatório das manadas. A relevância do comércio é evidente, quando vaqueiros, tropeiros, e sesmeiros, abriam caminhos e fixavam a população, e para escoar a produção se dirigiam para o ponto de convergência que é Feira de Santana, lugar de descanso, recanto de repouso, onde as ações desses homens denotavam o interesse explícito na valorização do espaço.

O conflito com os holandeses no litoral e com os índios no interior dificulta a efetiva exploração e produtividade da sesmaria. Posteriormente, diversos pontos de criação de gado nela se instalaram na segunda metade do século XVII a exemplo da fazenda Santana dos Olhos d' Água, havendo registros de 317 fazendas nas proximidades do rio Paraguaçu no final deste século: isso demonstra a dinamicidade econômica.

O sesmeiro João Peixoto Viegas, mercador português proveniente da Vila de Viana chega à Bahia por volta de 1640. Era filho de Fernão Peixoto de Viana, e Barbara Fernandes. Aqui chegando, casou-se com Dona Joana de Sá e foi possuidor de grandes extensões de terras, tendo sido o incorporador do Paraguaçu, em Itapororocas e Água Fria, desde 1652, área que corresponde ao sertão baiano, incluindo terras pertencentes à Feira de Santana. (FIGURA 01). Adquiriu as terras d' além Paraguaçu, localizada entre o rio Jacuípe e o Itapicuru. Na Bahia, Viegas compõe os quadros políticos, como administrador da Companhia Geral do Comércio, tesoureiro e escrivão

de Bulas, além de ter em sua história o papel de denunciador da Inquisição. Em 1675, parte para devastar o sertão, apropriando-se das terras indígenas. O sesmeiro João Lobo de Mesquita exerceu na Bahia a função de vereador e juiz ordinário. Abre caminhos da Mata de São João, numa extensão de nove léguas, tendo por direito, cobrar uma res a cada curraleiro. Em 1653, vendeu a João Peixoto Viegas as terras de Jacuípe e Itaporocas.

O despacho datado de 6 de junho de 1653, do Livro das Sesmarias da Bahia – Livro de Provisões Reais nº 257 - consta o registro da Carta de Doação de Sesmaria a João Peixoto Viegas, das terras de Itaporocas, Jacoipe e Agoa Fria. (FIGURA 01).

Dom Jeronimo de Attayde Conde de Athoguia. Faço saber aosque esta Carta de Sesmaria virem, que João Peixoto Viegas me enviou a representar a petição Cujor theor he o seguinte / Diz João Peixoto Viegas, que de cinco anos a esta parte tem povoado com quantidade de gados, gente e Escravos, as terras que chamão de Itaporocas e terra nova de Jacoippe nos limites da Cachoeira termo desta cidade: as quaes ele suplicante, houve por titulo de compra de João Lobo de Mesquita estando despovoadas e einabitadas havia vinte anos pelos assaltos e mortes que nells havia feito e fazia muitas vezes o gentio bravo: (...)

Lendo a referida Carta foi possível identificar as justificativas para a posse da terra. Os sesmeiros aqui se instalavam, soltavam o rebanho, e mediam o espaço pela quantidade de cabeças de gado; povoava a terra com gente transformada em escravos e ampliavam a apropriação com os animais. Pecuária e colonização se cruzam, interpenetram e individualizam como especificidade da totalidade que desemboca no capital mercantil.

Outra carta de doação com despacho datado de 3 de julho de 1653, no Livro das Sesmarias da Bahia, confirma a importância do sesmeiro para o povoamento do sertão, quando esse novamente reivindica o título de posse da terra:

João Rodrigues de Vasconcelos e Souza Conde de Castelmelhor. Faço saber aos que esta Carta de Sesmaria virem que João Peixoto Viegas me representou em sua petição como houvera de João Lobo de Mesquita por título de compra as daltas de terras e Campos das Itaporocas, Jacoipe e Agoa fria, citas no termo desta Cidade que chamão da Cachoeira das quaes ele suplicante estava de posse havia mais de trez anos, hia povoando de gado com grande risco e despeza, em razão do gentio bravo

(...)

Hey por bem delhe confirmar com pela presente faço, em nome de Sua Magestade todas as suas ditas terras que houve por título de compra do dito João Lobo de Mesquita nos districtos da Cachoeira assim e da maneira que as nomeão e confrontão na escriptura que delas se fez ao dito impetrante (...) (CARTA DE DOAÇÃO DE SESMARIA, 3/07/1653).

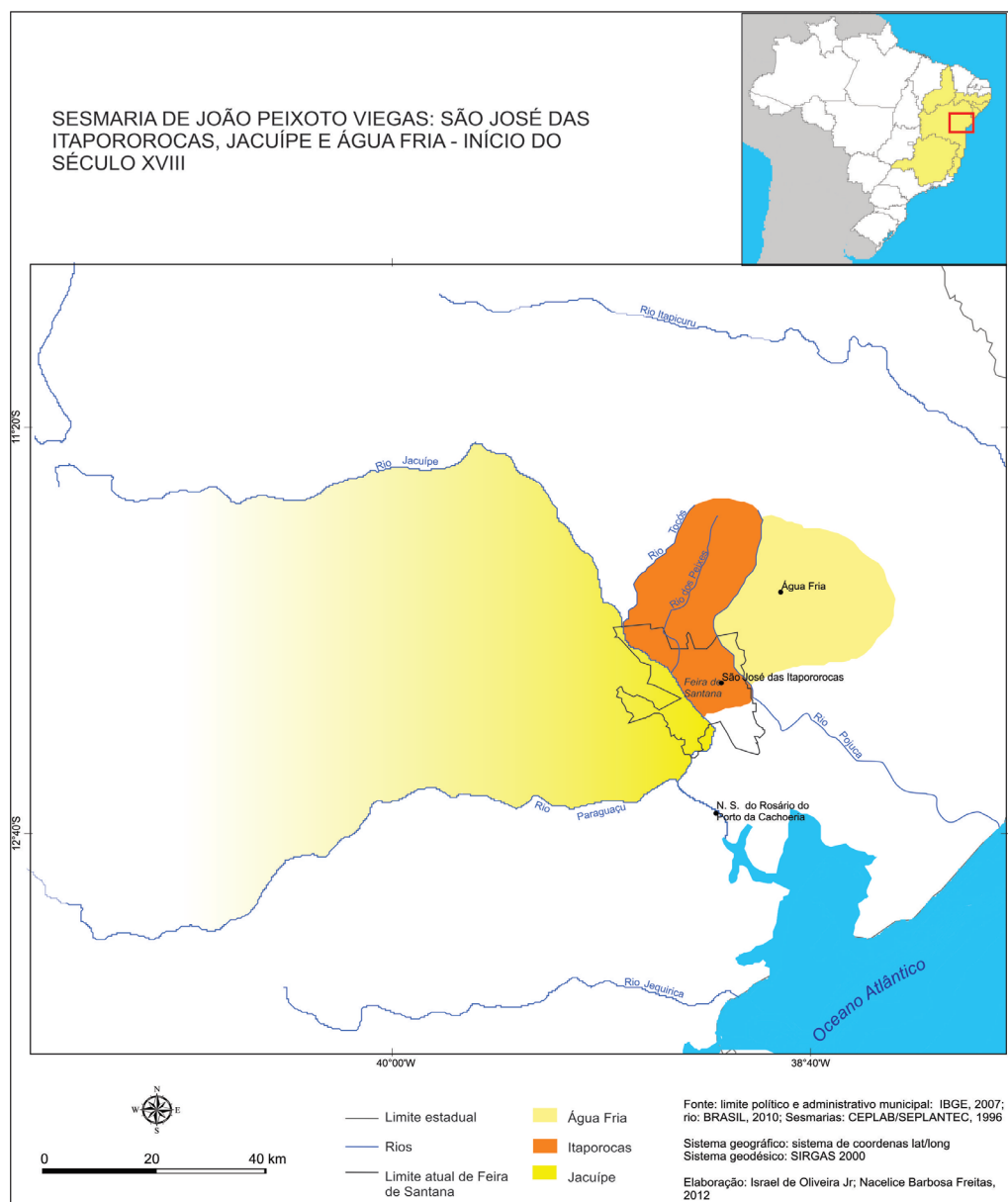


FIGURA 01 – Localização da Sesmaria de João Peixoto Viegas no Início do Século XVIII: São José das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria

A terra é concedida ao sesmeiro, que passa a ter direitos plenos sobre “os sobejos, voltas, enceadas, agoas, salinas e os mattos que ao redor das ditas terras estivessem por dar, visto ser em utilidade da fazenda e rendas de Sua Magestade”. Exige o direito de posse porque tomou por tarefa povoar de “gado e escravo, e moradores”, o espaço que inexplicavelmente confirma como desabitado. Este ato, porém, foi realizado sob as “armas” e “fortes de sobrado de pedra e cal”. (CARTA DE DOAÇÃO DE SESMARIA, 03/07/1653). Após seu falecimento a sesmaria foi fragmentada em várias fazendas, uma delas adquirida pelo casal Ana Brandão e Domingos Barbosa de Araújo. Cabe registrar que em diversos textos e documentos o nome de Ana Brandão tem a grafia de Ana Brandoa, porque, segundo o jornalista e pesquisador Franklin Machado, na época era comum colocar no feminino, sobrenomes das mulheres que apareciam com conotação masculina.

No século XVIII, Feira De Santana, era um centro comercial de grande importância, e local de passagem para quem se dirigia para as vilas e povoados dos sertões do São

Francisco. Ao que tudo indica, a economia girava em torno do fumo, neste período, exportando para a África, especialmente para Angola, quando era utilizado como moeda na compra de escravos. (GALVÃO, 1982).

De origem relativamente recente, se comparada ao processo de formação territorial da Bahia, o território sertanejo de Feira de Santana foi considerado unidade política em 1873, quando a vila foi elevada à categoria de cidade como um testemunho da importância dos núcleos de povoamento rurais; por esse motivo não é possível identificar o seu registro no mapa que localiza o sertão da Bahia no século XVIII.

Os registros e documentos históricos indicam que desde 1693 fazia parte da Comarca de Cachoeira, sendo elevada à categoria de Freguesia no ano de 1696. Por essa época, as áreas de pastagens foram substituídas pelos canaviais, e Feira de Santana, uma aldeia com pouca expressão, passa a sediar a feira.

No início do século XIX, já era “grande e povoada” e considerada o “maior arraial da paróquia de São José das Itapororocas”, passando à categoria de povoado em 1819: até então Cachoeira era a segunda maior cidade do Estado. (POPPINO, 1968, p. 21).

A sua formação territorial esteve vinculada à expansão da pecuária, se consolidando a partir do final do século XVIII. Até então, a feira de gado mais importante da Bahia era a de Capoame localizada no norte do Recôncavo, no espaço que hoje corresponde aos limites do município de Dias d'Ávila, entretanto no reinado de D. Pedro II, “O Pacífico” - 1683/1706 – ocorre a proibição da prática da pecuária numa faixa de 10 léguas a partir do litoral, determinando que a área estava destinada à produção canavieira. (FIGURA 02).

A linha traçada no mapa da Bahia - figura 02 - corresponde a uma aproximação dos limites constantes na Carta Régia de 1701. Pode-se afirmar que, nesse momento, tem-se a separação entre o sertão e o litoral, um artifício que termina por instituir uma primeira divisão regional do Brasil.

BAHIA: RELAÇÃO SERTÃO E LITORAL - SÉCULO XVIII



FIGURA 02 - Limite Entre Sertão E Litoral – Demarcação Da Carta Régia (1701)

A grandeza do sertão é condição para dificultar a definição da escala de análise. Feira de Santana é a fronteira, é o sertão das terras d'além Paraguaçu, mas efetivamente existe desde o litoral, na foz desse rio, onde também é extensão dos limites de Salvador, comandando a reprodução do interior, que tem a porta de entrada em Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira. Delimitação comandada pelo capital é prova cabal da capacidade que tem o mesmo na produção espacial.

Encerra-se o sertão na ascensão econômica através da feira que serviu de instrumento para recuar às entradas e alargar o espaço, talvez, fazendo Feira de Santana ser “menos” sertão, ou seja, o Agreste que é Portal do Sertão e Princesa do Sertão estando, ideologicamente, mais perto do litoral. (FIGURA 02).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS: A VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO

O valor do espaço sertanejo, iniciado com a colonização é resposta à lógica mercantilista, que tem na moeda a questão central, uma vez que, a riqueza era medida pela quantidade de ouro e prata que uma nação possuísse, então, a busca desenfreada por metais preciosos fazia parte do projeto político e econômico do ocidente europeu que aqui se instalou. A valorização do espaço resulta então na expectativa de transformá-lo em mercadoria, transformando-o em valor-de-troca. O sertão, enquanto condição *a priori*, não expõe perspectiva para essa reprodução, mas submetido àquela construção histórica e espacial converte-se em valor, em mercadoria.

Valor que produzia a riqueza nos prolegômenos do capitalismo, o sertão foi revestido de conteúdo de mercado, retido enquanto valor-de-uso para transformar-se em valor-de-troca: mercadoria não avaliada pela utilidade, pelo seu conteúdo material, mas uma forma relativa de valor. A contradição litoral *versus* sertão subsiste à origem do modo de produção capitalista. Para os indígenas, “povos testemunhos da colonização”, o sertão é o “valor-de-uso sem valor”, era o espaço “útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria”. O colonizador o retém para si, colocando-o na inércia que contraditoriamente é investimento de agiotagem, juros que se acumulam no tempo-espaço do sertão que no futuro emergirá sustentado na reprodução do capital.

O sertão, território da exploração colonial, com a pecuária, reveste-se de valor, e passa a ser espaço apropriado pela prática mercantilista. As estratégias impressas no espaço viabilizam a sua função de valor-de-troca, eliminando as possibilidades do seu caráter de valor-de-uso antes conferido pelos povos que testemunharam a invasão portuguesa. O significado que lhe é dado, inverte a condição material no sentido de satisfazer as necessidades sociais. O processo de valorização, concentrado no litoral - por esse turno, permite a concentração dos recursos financeiros nas mãos da burguesia, que posteriormente foram utilizados para a compra dos meios de produção e exploração do trabalho, através da expropriação, ampliando a demanda por acumulação; a colonização é um elemento de fundamental importância para essa acumulação, que compõe as colunas de sustentação do Estado absolutista português.

Partindo-se do pressuposto que sertão é terra chã, chão carregado de estigma proveniente da leitura de uma sociedade que vive a aparência, percebeu-se que a sua essência é perdida mediante aparência, conquanto a relação Sociedade-Natureza, fundamento da ciência geográfica, não é apropriada como base metodológica para se enxergar a totalidade. Nesse contexto, consolida-se o imaginário sobre o real-concreto, fundado no sentimento de desvalorização de um espaço em relação ao outro, com propósitos explícitos na prática da espoliação do colonizado mediante a dilapidação dos recursos existentes na terra encontrada. A depreciação é nítida nos textos da época, quando, por exemplo, os escritores, ao caracterizar os índios aimorés - e a Bahia está no centro desta discussão - os apresentavam de forma negativa, comparando-os aos animais. Os portugueses os denominavam de Botocudos devido

aos botoques de madeira, ou de pedra que usavam nas orelhas e no lábio inferior.

Constatou-se que Feira de Santana, está localizada no lugar considerado vazio na observação do colonizador que aqui chegou para levar território sertanejo à Europa, prova cabal que tal condição é colocada pelo olhar estrangeiro. Sertão: descrito como vazio, o espaço repleto de seres humanos denominados índios, povos que foram arrancados da terra, no instante em que testemunhavam os desígnios da colonização. Aqui encontrados livres, foram escravizados, corrompidos, porque ao mesmo tempo parceiros dos diversos aspectos desse processo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Celeste Pacheco de. **Origens do povoamento de Feira de Santana**: um estudo de História Colonial. (Dissertação apresentada ao Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA). 1990.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

GALVÃO, Renato de Andrade. Os povoadores de Feira de Santana. **Stientibus**. Feira de Santana, 1982, vol. 1 jul/dez. p. 25-31.

POPPINO, Rollie. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar nem tanto a terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana. UEFS: 2011.

FREITAS, Nacelice. Barbosa. **Urbanização de Feira de Santana**: influência da industrialização 1970 – 1996. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 1997.

REGISTRO DA CARTA DE SESMARIA de Terras e Campos Jacoipe, e Agoa Fria sitas na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 6 de Junho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 47.

REGISTRO DA CARTA DE SESMARIA das Terras e Campos das Itapororocas, Jacoipe e Agoa Fria então na Cachoeira, Concedida a João Peixoto Viegas. Despacho de 3 de Julho de 1653. Lançado no Livro das Provisões Reais nº 257, folha 46v.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-79-6

